

ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO NUMA CARTA DE JOSÉ DE SAN MARTÍN

Carla Severiano de Carvalho*

Resumo: *Esta pesquisa, de abordagem interdisciplinar entre os estudos históricos e lingüísticos, propõe identificar e analisar as técnicas argumentativas utilizadas por José de San Martín numa carta enviada a Simón Bolívar. Utilizando-se do referencial teórico da Nova Retórica, a pesquisa traz consideráveis esclarecimentos acerca das motivações da independência da América Latina.*

Palavras-chave: América Latina; Documentos históricos; José de San Martín; Argumentação; Nova retórica.

INTRODUÇÃO

Durante as três primeiras décadas do século XIX, as colônias espanholas na América lutaram pela independência em relação à metrópole. Não se tratou de um movimento único, mas de vários processos distintos e contou com a liderança de homens como e de Simón Bolívar ao norte e de José de San Martín ao sul. Este estudo, que faz parte de uma pesquisa monográfica, objetiva identificar e as técnicas argumentativas utilizadas pelo último.

Foi utilizado como aporte teórico os pressupostos da Nova Retórica, embasados em trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, secundados pela vertente teórica da Análise de Discursos de linha francesa. O *corpus* escolhido é composto por uma carta do general José de San Martín: “Carta del General José de San Martín a Simón Bolívar reclamando por la anexión de Guayaquil a Colombia en 3 de marzo de 1822” (*Ver Anexo I*), disponível no Acervo Digital do Congresso do Peru. As condições de produção da citada carta servirão de apoio para o entendimento da utilização de determinado argumento.

1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO

1.2 A Província de Guayaquil

Durante a colonização espanhola, a América foi dividida, de acordo com os aspectos econômicos, em quatro vice-reinos: Nova Espanha (sul da América do Norte), Peru (no noroeste da América do Sul), Rio da Prata (no sul da América do Sul) e Nova Granada (no noroeste da América do Sul).

Guayaquil foi parte do vice-reinado do Peru, o qual foi criado em 1542, compreendendo as audiências do Panamá, Quito, Santa Fé, Lima, Charcas, Chile e Buenos Aires. Sobre seu aspecto econômico:

* Graduada em Letras –Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola. Licenciatura. Universidade do Estado da Bahia. Professora do Núcleo de Estudos Hispânicos da UNEB. Estudante de Especialização da UFBA. E-mail: carlasevcarvalho@gmail.com. Autor.

Ao longo da costa do pacífico, na presidência de Quito, apresenta-se uma contraposição - ainda mais acentuada que no vice-reinado do Peru – entre a costa e a serra. A costa aqui é, sobretudo, o amplo vale do Guaias, cujos habitantes dedicam-se à agricultura tropical e exportam para o ultramar (de Guaiquil se exporta um tipo de cacau inferior ao venezuelano e, sobretudo, ao mexicano, porém mais barato). (DONGHI, 1975, p.21)

A conjuntura desfavorável exigiu uma reorganização imperial. Então, a partir de 1717 o vice-reinado de Nova Granada foi criado e passou a compreender as audiências do Panamá, Quito, Santa Fé e a Comandância Geral de Caracas (Decreto Real de 29 de abril de 1717 e Cédula Real de 27 de maio de 1717).

A criação deste vice-reinado se devia à necessidade de uma autoridade com suficiente jurisdição para eliminar o contrabando de mercadorias européias que ingressavam pelos portos inundando toda América ameaçando o monopólio comercial da Espanha. (SORIANO, 1997, p. 51, tradução nossa). No entanto, pela Real Ordem dada em 7 de julho de 1803, expedida em solicitação da Junta de Fortificações da América, a coroa espanhola ordenou a segregação do Governo de Guaiquil do vice-reinado de Nova Granada e sua reincorporação ao vice-reinado do Peru.

A motivação por esta decisão da coroa espanhola deve-se ao à aliança entre Espanha e França em 1796 contra a hostilidade da Inglaterra de se apoderar do comércio de suas colônias americanas.

A reincorporação de Guaiquil ao vice-reinado do Peru foi total, absoluta (LEGUÍA Y MARTÍNEZ, 1972, p.12, tradução nossa). No entanto, as autoridades e um setor da população da província resistiram a aceitar a decisão. O governador iniciou uma série de solicitações à coroa espanhola, sem efeito. Em Guaiquil se chegou a formar um grupo partidário da sua anexação ao Peru e outro partidário de constituir um estado totalmente independente. Entretanto, dada a incorporação, a reação foi de resistência, que se verifica numa série de incidentes.

Levando em consideração a aplicação do princípio de *uti possidetis** para a fixação dos territórios dos estados que nasceram de desagregação do império espanhol na América, como consequência da guerra separatista, Guaiquil ao se tornar independente era parte integrante do vice-reinado do Peru, porque para a aplicação do mencionado princípio jurídico, os estados emergentes aceitaram como data referencial os anos 1809 -1810, e, porque além disso a Real Cédula de 23 de junho de 1819 não é penas posterior a este ano, mas principalmente porque não foi obedecida, guardada, cumprida nem executada, pelo fato de que apenas haviam transcorrido 48 horas de expedida quando ficou consumada a independência de Nova Granada.

Não havia dúvidas: pelo princípio do *uti possidetis* Guaiquil era do Peru. Mas de certa forma, por livre determinação dos povos Guaiquil correspondia à Colômbia. Esta segunda conclusão é relativa, porque inegavelmente em dito território havia um setor francamente peruanófilo e outro setor autonomista.

* *Uti Possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das hostilidades. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuías, assim possuas".

Como demonstrou Luna (1996, p. 32, tradução nossa), esse grupo guaiaquileno pró - peruanista já existia nos primeiros anos da vida independente do Peru e Colômbia (o que seria o Equador foi primeira parte do que se costuma denominar de Grande Colômbia), como se pode apreciar na guerra entre Peru e Colômbia (1829) quando o presidente do Peru era José de La Mar, natural de Cuenca, de uma família Guaiaquilena de muito prestígio, enquanto que o presidente da Colômbia era Simón Bolívar, quem desde 1826 estava afrontando gravíssimos problemas políticos internos e para quem a guerra foi uma forma de tratar de paliar seus múltiplos e realmente insolúveis problemas. O Libertador era, na precisa definição de García Márquez (1989) o “General em seu labirinto”.

1.2.1 A Independência de Guaiquil

Em setembro de 1820 chegavam a Guaiquil, procedentes de Lima, três oficiais do batalhão Numancia. Eles teriam sido expulsos do exército Real por sua adesão a causas separatistas. Conforme Villanueva (1976, p. 125, tradução nossa) chegavam a Guaiquil estes ex - oficiais da Numancia exatamente no período que esta província planejava se rebelar contra o domínio espanhol e proclamar sua independência. O grupo separatista guaiaquileno entrou em contato com os mencionados oficiais e conseguiram envolvê-los nos seus planos. Em 1 de outubro os revolucionários decidiram proclamar a independência de Guaiquil. Em 9 do citado mês, explodiu o movimento e no mesmo dia foi proclamada a independência.

Imediatamente foi organizada uma Junta de Guerra, presidida pelo capitão Urdaneta e uma Junta do Governo presidida por J.J. Olmedo. A Junta Guaiaquilena, como foi nomeada posteriormente, desejando assegurar sua posição, solicitou a ajuda das expedições libertadoras do sul e do norte. Para tanto, no dia 11 de outubro foram enviadas comissões para o Peru e Colômbia.

Esta atitude da Junta Guaiaquilena, de buscar a colaboração de ambas as expedições libertadoras, tinha como objetivo assegurar a independência conquistada e de nenhuma maneira implicava a busca por anexação a um ou a outro Estado, pois ao se organizarem haviam acordado se manterem neutros sobre esta decisão de anexação até que Peru e Colômbia conseguissem sua total independência. (VILLANUEVA, 1976, p. 136, tradução nossa)

A Junta Guaiaquilena, zelando por sua autonomia adotou uma posição mediadora. Em 26 de dezembro decidiu nomear como chefe militar de Guaiquil Toribio Luzuriaga e resolveu que para o aspecto militar Guaiquil se entenderia exclusivamente com José de San Martín.

Cabe ressaltar, que a junta de Guaiquil de nenhuma maneira se entregou completamente ao Peru, pois naquele momento o Peru livre e independente era somente uma esperança, na realidade se entregou, para receber proteção e auxílio, do exército libertador do sul, cujo chefe era San Martín.

Em 30 de dezembro se elaborou um convênio entre a junta do governo e Guido, enviado por San Martín para comandar o exercito, pela qual a junta mantinha a independência de Guaiquil até que se conquistasse a total independência da América do Sul, ainda que se declarasse a proteção do libertador San Martín, o qual se reconhecia como General e Chefe das

tropas de linha de mar e terra de Guayaquil, todas as quais se consideravam como Divisão do Exército do Peru.

Existia em Guayaquil um ambiente relativamente tenso no qual as opiniões estavam divididas entre aqueles que desejavam a constituição de um Estado independente e aqueles outros que propunham sua anexação ao Peru ou a Colômbia. A junta de governo tratava de manter uma clara posição neutra, ainda que se mostrava, no fundo, partidária do autonomismo. (LEGUÍA Y MARTÍNEZ, 1972, p.25, tradução nossa)

Faz-se necessário destacar que estava claro o plano de Simón Bolívar de passar a Guayaquil e assegurar desta maneira que esta província se declare, como ocorreu mais tarde, por Colômbia. Da mesma maneira devemos levar em consideração que a decisão política guayaquilenha de permanecer “neutra”, “pró-separatista” e “pró-autônoma” era conhecida e reconhecida naqueles tempos pelas forças políticas e Estados de então.

O estado de tensão política reinante em Guayaquil passou a um segundo plano quando as forças realistas derrotaram as patriotas comandadas por Urdaneta, em Huachi, em 20 de dezembro de 1820 e ocuparam Guayaquil. Então, os representantes de San Martín abandonaram Guayaquil.

1.2.2 A Ação dos Exércitos Libertadores do Sul e do Norte

A chegada à Venezuela das Comissões do governo espanhol, que vinham propor a paz contra as lutas da independência gerou uma negociação do caso, que culminou com uma trégua de paz entre Bolívar e Morillo firmado na cidade de Trujillo, em 25 de novembro de 1820.

Era um tratado preliminar que tinha como finalidade facilitar as negociações para um tratado de paz definitivo. Esta trégua é sumamente importante porque reconhece a existência da Colômbia como governo independente, com o qual negocia “de igual para igual”. Mijares (1987, p. 169, tradução nossa) adverte que estava em vigência a trégua de Trujillo quando em 11 de janeiro de 1821 Bolívar encarregou Sucre de empreender campanha no sul.

É necessário enfatizar que as autoridades realistas não consideravam Guayaquil como parte da Colômbia e, ainda, que Aymerich, governador e presidente de Quito, não incluíram Guayaquil na trégua porque argumentava que Guayaquil não pertencia à Colômbia, mas sim ao Peru. Por outro lado, a decisão de Bolívar de atuar mesmo diante da trégua oficializada em Trujillo, demonstra que o verdadeiro sentido de Bolívar era a sua conveniência estratégica política e militar

Mijares (1987, p. 169, tradução nossa) conta que em 28 de abril de 1821 o tratado de Trujillo rompia-se definitivamente com a invasão dos patriotas colombianos à cidade de Maracaibo. No primeiro momento Bolívar esteve de acordo com esta posição, mas logo mudou e recorrendo a uma brecha interpretativa da trégua passou a apoiar a independência de Maracaibo, e a Colômbia ao ocupar dito território havia ocupado um país que estava fora das leis espanholas. O certo era que Maracaibo estava situada dentro da área ocupada pelos realistas no momento do acordo de trégua em Trujillo.

Em maio Sucre chega a Guayaquil e se põe ao comando do exército patriota com o título de Chefe das tropas auxiliares da Colômbia. Inferior com relação às forças realistas escreveu a San Martín, em 13 de maio, solicitando auxílio militar. A esta situação crítica se somou o apoio do comandante Nicolás López, que estava de combinação com Aymerich e com Caamaño.

Os rebeldes conseguiram se apoderar da embarcação Alejandro I e tentaram bombardear Guayaquil, os quais não puderam levar a diante porque as tropas colombianas sob o comando do coronel Luzuriaga os perseguiram.

Diante desta nova situação crítica, a Junta Guayaquilenha, com data de 17 de setembro, se dirige a San Martín, solicitando militar de uns mil homens pelo menos. Sucre também voltou a se dirigir ao governo peruano solicitando o envio de reforços militares.

San Martín, devido a sua situação precária (acabava de chegar a Lima em julho de 1821) não tinha como enviar os auxílios que com tanta ansiedade o tinham solicitado tanto Sucre como a Junta Guayaquilenha. Mas tendo já conseguido se apoderar da capital e inclinando, em certa medida, a balança a seu favor, pelo menos no plano político (ainda não no militar).

Para compreender o problema que se desenvolveu, devemos retroceder até dezembro de 1821. Sobre tal momento, Leguía y Martínez (1972, p.148, tradução nossa) aponta que em 16 do dito mês a prefeitura de Portoviejo publicou uma ata na qual expressava seu desejo de pertencer à Colômbia. A Junta de Governo de Guayaquil em seu desejo de manter a unidade recorreu a Sucre para que interviesse no assunto. Foram enviadas comissões para Portoviejo para persuadir esta cidade de conter suas opiniões para outra ocasião mais adequada. A Junta, desconfiando do que poderiam conseguir a comissão, enviou forças a Portoviejo, produzindo este fato a rebelião e tentativa de derrocar a Junta. No entanto o movimento enfraqueceu e a calma reapareceu. Era este o primeiro ato de força na busca da anexação de Guayaquil a Colômbia.

Pouco depois do descrito anteriormente, Bolívar, em 2 de janeiro de 1822, comunicava à Junta Guayaquilenha sua posição autoritária com relação ao problema: documentos comprovam a satisfação e sentimento de vitória de Bolívar diante de tais manifestações. A Junta de Governo ficou totalmente turbada diante desta posição de Bolívar, pois ameaçava em certo sentido o desejo de autonomia da Junta.

San Martín em Huanchaco, onde tinha iniciado sua viagem Guayaquil para se encontrar com Bolívar, diante das notícias da Junta e de Salazar, regressou à capital do Peru, chegando nesta cidade nos últimos dias de fevereiro

Em 3 de março, Monteagudo orientou La Mar no sentido de que no caso de que Guayaquil solicitasse sinceramente a proteção das armas do Peru.

... por ser sua vontade conservar a independência da Colômbia em tal caso empregue V.S. todas as forças que estão postas às suas ordens em apoio da espontânea decisão do povo. Mas, se pelo contrário, o governo decidir a favor das proteções da Colômbia, sem demora virá V.S. ao departamento de Trujillo para comandar da costa norte, se reunir a divisão do coronel Santa Cruz em Piura, aumentá-la até onde alcancem os recursos do território, e atuar segundo o exija a segurança da província de Trujillo.(SOLDÁN, 1981 *apud* PAREDES, 2001, tradução nossa).

Ainda em 3 de março de 1822, San Martín envia uma carta a Bolívar (que compõe o *corpus* desta pesquisa) concebida em seu retorno da frustrada viagem de fevereiro, quando tentou chegar a Guaiaquil para se reunir com Bolívar, e tomando conhecimento dos planos do Libertador, expressou de forma direta seu parecer.

A pesar de que de este documento poderíamos deduzir que o Protetor aceitaria inclusive a autonomia de Guaiaquil, no entanto ele, assim como Bolívar, tinha consciência de que tal decisão seria negativa para as relaciones que deviam ser empreendidas entre o Peru e a Colômbia.

2 ANÁLISE DO CORPUS

2.1 Contexto Situacional e as Condições de Produção do Discurso

O *Aqui* da argumentação é o lugar social de onde o *eu* fala. José de San Martín, Protetor do Peru, fala com a autoridade que lhe é concedida pela presidência do Peru e representa os desejos e as necessidades do povo daquele país.

O *Agora*, momento da argumentação, correspondente à carta, está inserido no período das guerras de independência dos países hispano-americanos em relação à Monarquia Espanhola e do sonho de unificação da América, que teve início em 1808 influenciado principalmente pelos ideais da Revolução Francesa e pela Independência dos Estados Unidos da América.

Neste período surgiram alguns conflitos políticos em função da disputa de territórios para o fortalecimento da independência de determinado país. Conflitos este que, muitas vezes, contradiziam os princípios que fundamentavam a revolução pela unificação americana.

2.2 Os Interlocutores

O *Emissor/ Orador*, aquele que assume o papel do “eu”, neste contexto, é José de San Martín, o Protetor do Peru, designado para exercer o governo desde a proclamação da sua independência em Julho de 1821 e, indiretamente, todos os representantes da Junta Guaiaquilenha, porta-vozes dos anseios do povo da cidade de Guaiaquil.

O *Receptor/ Auditório*, o “tu” da cena enunciativa é Simón Bolívar, para quem o orador transmite a situação e a importância do pedido da carta. Há ainda, nesta cena argumentativa, os receptores previstos pelo orador que poderiam ter acesso à leitura da carta, como por exemplo, Sucre, que era o Chefe do Exército Unido da Colômbia e o homem de confiança de Bolívar para empreender a campanha de anexação de Guaiaquil; e os não-previstos pelo orador, qualquer membro do Governo e Exército Unido da Colômbia, que pudesse ter acesso à carta.

3 CARTA DO GENERAL JOSÉ DE SAN MARTÍN A SIMÓN BOLÍVAR: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS.

A publicação do *Tratado da Argumentação* por Chaim Perelman e sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca é o marco do surgimento de uma Nova Retórica, dedicada à argumentação e vinculada a uma velha tradição, o da retórica e dialética gregas.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 75) toda argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelo receptor/auditório, ou seja, existe um “acordo” prévio, entre o orador e o receptor/auditório. Este acordo, definido logo nas premissas da argumentação, que podem ser selecionadas explícitas ou implicitamente, é o que garante provocar ou aumentar a adesão à tese apresentada no discurso do orador.

O acordo prévio é estabelecido logo no início da argumentação, uma vez que o general José de San Martín coloca em destaque o reconhecimento do lugar social do seu auditório, através do vocativo *Al libertador de Colombia*[†]. Logo, considerando o valor da sua busca à adesão do general à tese que será apresentada em prol da glória do Peru e da Colômbia. Além da utilização do Pronome de Tratamento respeitoso *Excmo. Señor*[‡].

Apesar de já ser de conhecimento do senso-comum o projeto de Simón Bolívar de integrar todos territórios da América a fim de construir uma unidade continental, José de San Martín utiliza o juízo de valor do governo de Guayaquil para atribuir veracidade à informação que desaprova. Nota-se neste trecho o argumento de autoridade:

Por las comunicaciones que en copia me ha dirigido el gobierno de Guayaquil, tengo el sentimiento de ver la seria intimidación que le ha hecho V. E. para que aquella provincia se agregue al territorio de Colombia[§]

Em seguida, através do argumento pelo modelo, composto por marcas de temporalidade, tais como *Siempre he creído*^{**}, e adjetivações como *delicado negocio*^{††} e *Tan sagrado ha sido para mí este deber*^{‡‡}, demonstra ao auditório a sua conduta diante dos constantes desafios enfrentados ao longo dos anos e sobretudo, a sua aptidão, baseada na experiência, para justificar sua insatisfação. Suscitando, assim, uma imitação da sua conduta pelo general Simón Bolívar.

Siempre he creído que en tan delicado negocio el voto espontáneo de Guayaquil sería el principio que fijase la conducta de los Estados limítrofes, a ninguno de los cuales compete prevenir por la fuerza la deliberación de los pueblos. Tan sagrado ha sido para mí este deber, que desde la primera vez que

[†] Ao libertador da Colômbia

[‡] Exmo. Senhor

[§] Pelos comunicados que por cópia me dirigiu o governo de Guayaquil, tenho o sentimento de ver a séria intimidação que o Senhor a fez. V. Ex.^a para que aquela província se agregue ao território da Colômbia.

^{**} Sempre acreditei

^{††} delicado negócio

^{‡‡} Tão sagrado foi para mim este dever

mandé mis diputados cerca de aquél gobierno, me abstuve de influir en lo que no tenía una relación esencial con el objeto de la guerra del continente.^{§§}

José de San Martín segue o seu discurso mantendo os vocativos e adjetivações que estabelecem o acordo prévio entre ele e o general Simón Bolívar e apresenta um argumento pragmático que reforça a sua tese, uma vez que apresenta a consciência de que a consequência a todo fato desencadeado por eles é o benefício popular. Desta maneira, reforça seu apelo reconhecendo a capacidade de justiça do seu auditório.

Se V. Ex.^a me permite lhe falar numa linguagem digna da exaltação do seu nome e análogo a meus sentimentos, ousarei a lhe dizer que não é nosso destino empregar a espada para outro fim que não seja o de confirmar o direito que adquirimos nos combates para ser aclamado por libertadores da nossa pátria.^{***}

Então, apresenta a sua tese. Sem deixar, no entanto, de demonstrar o seu interesse na região, visível a partir da locução *porque tampoco puede quedar aislado sin perjuicio de ambos.*^{†††}

Dejemos que Guayaquil consulte su destino y medite sus intereses para agregarse libremente a la sección que le convenga, porque tampoco puede quedar aislado sin perjuicio de ambos.^{‡‡‡}

Yo no puedo ni quiero dejar de esperar que el día en que se realice nuestra entrevista, el primer abrazo que nos demos transigirá cuantas dificultades existan y será la garantía de la unión que ligue ambos Estados, sin que haya obstáculo que no se remueva definitivamente.^{§§§}

Por fim, o orador assume um discurso de humildade perante o seu auditório, enfatizada pela forma verbal *ruego*^{****}. Não deixando de expor mais uma vez seu desejo.

Entre tanto, ruego a V. E. se persuada de que la gloria de Colombia y la del Perú son un solo objeto para mí y que apenas concluya la campaña, en que el enemigo va a hacer el último experimento reuniendo todas sus fuerzas, volaré a

^{§§} Sempre acreditei que em tão delicado negócio o voto espontâneo de Guayaquil seria o princípio que estabelecesse a conduta dos Estados limítrofes, a nenhum dos quais compete prevenir pela força a deliberação dos povos. Tão sagrado foi para mim este dever, que desde a primeira vez que mandei meus deputados perto daquele governo, me abstive de influenciar no que não tinha uma relação essencial com o objeto da guerra do continente.

^{***} Se V. Ex.^a me permite lhe falar numa linguagem digna da exaltação do seu nome e análogo a meus sentimentos, ousarei a lhe dizer que não é nosso destino empregar a espada para outro fim que não seja o de confirmar o direito que adquirimos nos combates para ser aclamado por libertadores da nossa pátria.

^{†††} porque também não se pode deixar isolado sem prejuízos de ambos.

^{‡‡‡} Deixemos que Guayaquil consulte seu destino e medite seus interesses para se agregar livremente à província que lhe convenha, porque também não se pode deixar isolado sem prejuízos de ambos.

^{§§§} Eu não posso nem quero deixar de esperar o dia em que se realize nossa reunião, o primeiro abraço que nos dermos relaxará quantas dificuldades existam e será a garantia da união que ligue ambos Estados, sem que haja obstáculo que no se remova definitivamente.

^{****} rogo

encontrar a V. E. y a sellar nuestra gloria, que en gran parte ya no depende sino de nosotros mismos.^{††††}

A despedida é marcada mais uma vez pelos vocativos e adjetivações estabelecidos no acordo prévio, onde Martíl demonstra o seu respeito e admiração para Bolívar. Além da declaração de gratidão e fidelidade.

Acepte V. E. los sentimientos de admiración y aprecio con que soy de V.E. su atento y obediente servidor. José de San Martín.^{††††}

CONCLUSÃO

De acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, observou-se que José de San Martín e Simón Bolívar desempenharam papéis fundamentais no processo de independência dos países latino-americanos, exercendo influência na estrutura administrativa, política e militar, que fez deles espécie de heróis, símbolos pátrios enaltecidos nas regiões onde lideraram.

O discurso produzido pelos referidos sujeitos históricos que estão projetando medidas acerca da liberdade da América e sua organização, e às possibilidades práticas de aplicação de suas teorias no contexto em que a América estava vivendo no início do século XIX, é uma representação de grande parte da população americana - cansada da opressão e exploração tão continua na América desde a colonização – da elite crioula e, sobretudo, de suas próprias convicções.

A leitura deste documento nos leva à dedução de que o Protetor do Peru aceitaria inclusive a autonomia de Guaiquil, no entanto ele, assim como Bolívar, tinha consciência de que tal decisão seria negativa para as relações que deviam ser empreendidas entre o Peru e a Colômbia e, sobretudo à causa da independência da América Latina.

Desse modo, confirmou-se que as premissas da argumentação não são evidentes, mas resultam de um acordo entre quem argumenta e seu auditório, o saber fundado em tais premissas pode ser verossímil ou não, mas nunca será verdadeiro ou falso. Essa constatação deveu-se ao fato de cada tese vir apoiada num argumento.

Pretende-se com a análise realizada ter exposto a visão de José de San Martín herói da independência da América Latina, cidadão hispano-americano motivado pelos princípios ilustrados da Europa civilizada, amante da liberdade e que dizia trazer, através do uso da Razão, verdades profundas a respeito das formas de organização das relações humanas e dos direitos naturais dos homens.

^{††††} Entretanto, rogo a V. Ex.^a que se persuada de que a glória da Colômbia e a do Peru são um só objeto para mim e que assim que se conclua a campanha, na qual o inimigo vai fazer o último experimento reunindo todas suas forças, voarei a encontrar a V. Ex.^a e a selar nossa glória, que em grande parte já não depende senão de outros mas sim de nós mesmos.

^{††††} Aceite V. Ex.^a os sentimentos de admiração e apreço com que sou de V. Ex.^a seu atento e obediente servidor.

José de San Martín

REFERÊNCIAS

CHANU, Pierre. 1979. *História da América Latina*. Trad. De Miguel Urbano Rodrigues. 4ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel.

DONGHI, Halperin. 1975. *História da América Latina*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

GALEANO, Eduardo. 1979. *As veias abertas da América Latina*. Trad. De Galeno de Freitas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEGUÍA Y MARTÍNEZ, Germán. 1979. *Historia de la emancipación del Peru: El Protectorado*. Lima: Editorial Jurídica S.A.

LUNA, Félix Denegri. 1996. *Peru y Ecuador. Apuntes para la historia de una frontera*. Lima.

MIJARES, Augusto. 1987. *El Libertador*. Caracas: A.N. de Historia; Ediciones de la Presidencia.

MUSEO DE LA INQUISICIÓN Y DEL CONGRESO DE PERÚ. *Mensajes presidenciales y otros documentos para la Historia Política del Perú*. Gral. José de San Martín Matorras, Protector del Perú (Yapeyú, 25/feb/1778-Boulogne-sur-Mer, 17/ago/1850) Disponível em: <<http://www.congreso.gob.pe/museo.htm>> Acesso em 15 nov. 2008, 14:32:20.

PERELMAN, Chaïm. 2004. *Retóricas*. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes.

SORIANO, Waldemar Espinoza. **Vice-reinado peruano**. Lima: Biblioteca Nacional del Peru, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. 2005. *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*. Trad. de Mª Ermantina A. P. Galvão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

MÁRQUEZ, Gabriel García. 2000. *El General en su laberinto*. 1ªed. Barcelona: Tabla Blanda.

VILLANUEVA, Laureano. 1974. *Vida de don Antonio José de Sucre, Gran Mariscal de Ayacucho*. Caracas: Imprenta Nacional.

PAREDES, Jorge G. 2001. *San Martín y Bolívar en Guayaquil*. Monografia. Universidad _____ Lima,. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos/guayaquil/guayaquil.shtml>> Acesso em 15 dez. 2008, 16:30:30.

ANEXO I

CARTA DEL GENERAL JOSÉ DE SAN MARTÍN A SIMÓN BOLÍVAR RECLAMANDO POR LA ANEXIÓN DE GUAYAQUIL A COLOMBIA, 3 DE MARZO DE 1822^{1*}

Al libertador de Colombia.
Excmo. Señor:

Por las comunicaciones que en copia me ha dirigido el gobierno de Guayaquil, tengo el sentimiento de ver la seria intimidación que le ha hecho V. E. para que aquella provincia se agregue al territorio de Colombia. Siempre he creído que en tan delicado negocio el voto espontáneo de Guayaquil sería el principio que fijase la conducta de los Estados limítrofes, a ninguno de los cuales compete prevenir por la fuerza la deliberación de los pueblos. Tan sagrado ha sido para mí este deber, que desde la primera vez que mandé mis diputados cerca de aquél gobierno, me abstuve de influir en lo que no tenía una relación esencial con el objeto de la guerra del continente. Si V. E. me permite hablarle en un lenguaje digno de la exaltación de su nombre y análogo a mis sentimientos, osaré decirle que no es nuestro destino emplear la espada para otro fin que no sea el de confirmar el derecho que hemos adquirido en los combates para ser aclamados por libertadores de nuestra patria. Dejemos que Guayaquil consulte su destino y medite sus intereses para agregarse libremente a la sección que le convenga, porque tampoco puede quedar aislado sin perjuicio de ambos. Yo no puedo ni quiero dejar de esperar que el día en que se realice nuestra entrevista, el primer abrazo que nos demos transigirá cuantas dificultades existan y será la garantía de la unión que ligue ambos Estados, sin que haya obstáculo que no se remueva definitivamente. Entre tanto, ruego a V. E. se persuada de que la gloria de Colombia y la del Perú son un solo objeto para mí y que apenas concluya la campaña, en que el enemigo va a hacer el último experimento reuniendo todas sus fuerzas, volaré a encontrar a V. E. y a sellar nuestra gloria, que en gran parte ya no depende sino de nosotros mismos.

Acepte V. E. los sentimientos de admiración y aprecio con que soy de V. E. su atento y obediente servidor. José de San Martín

* De la Puente Candamo, José Agustín, *Obra de gobierno y epistolario de San Martín*, págs. 153-154. Colección documental de la Independencia del Perú, tomo XIII, vol. 2º, Lima, 1976.